

Um “Acordo de Belém” para o clima¹

Pedro de Camargo Neto²

O fogo de hoje assusta a todos. Fogo em Ribeirão Preto, Pantanal, Amazônia, além de Colômbia, Califórnia, Canadá, Europa. O fogo é global, pois a questão é global. O Global Stocktake, balanço que avalia como os países estão cumprindo suas metas de redução de emissões de carbono, mostra a necessidade de alterações nos instrumentos de pressão. A boa intenção do Acordo de Paris em 2015, um marco importante para o avanço da ação climática, enfrenta dificuldades na sua implementação. Esse é o grande debate a ser liderado pelo Brasil na COP30 em Belém. A economia de baixo carbono é um desafio ainda a ser construído.

A COP21, Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), enfrentou o dilema do limitado avanço que vinha sendo obtido decidindo que cada nação apresentaria sua proposta de redução de emissões dos gases de efeito estufa, chamada Contribuição Nacionalmente Determinada, (NDC pelas iniciais em inglês), visando o objetivo de manter o aumento da temperatura média global em menos, antes 2°C, agora de 1,5°C acima dos níveis pré-industriais.

Os países desenvolvidos se comprometeram a fornecer assistência financeira aos países em desenvolvimento na evidência que eram os maiores responsáveis pelos perigos. A proposta de um novo mercado, por meio de transferências comerciais de unidades de carbono, pressionando os emissores, e, na contrapartida, incentivando os que sequestram, até hoje não vingou como se acredita necessário. Metas de redução de emissões de carbono pressionam de maneira díspar cada país. Foi o possível em Paris, mas não está dando certo.

O Brasil apresentou sua NDC para 2025 em 2015. Tudo indica, embora com pouca tranquilidade, que cumpriremos a meta, um importante passo para perseguirmos a de 2030, também já apresentada. O debate agora é sobre o que pretende o governo Lula apresentar para 2035. Mesmo que dita ambiciosa, até mesmo acima das expectativas para o Brasil, não me parece será suficiente para o mundo.

A grande questão da emissão de carbono no mundo são os combustíveis fósseis. No Brasil, o chamado uso da terra, agricultura e desmatamento são relevantes, pois as emissões dos combustíveis fósseis são pequenas. NDCs sempre crescentes, com reduções nas emissões a partir do cenário social e econômico de cada país, matriz energética, hábitos de consumo e renda, não estão cumprindo o objetivo. Liderar é reconhecer isso.

O Brasil em Belém precisa enfrentar a grande questão das emissões dos combustíveis fósseis, que não estão se reduzindo na velocidade necessária. O Brasil possui uma posição privilegiada. A matriz energética, os avanços nos biocombustíveis, as possibilidades da recuperação florestal, ocupando extensas áreas degradadas,

¹ Artigo publicado em Valor Econômico. Disponível

em: <https://valor.globo.com/opiniaao/coluna/um-acordo-de-belem-para-o-clima.ghtml> Acessado em 09.10.2024

² Presidente da Sociedade Rural Brasileira e secretário do Ministério da Agricultura e Pecuária.

representam importante fonte de sequestro do produto de maior demanda atual, o carbono.

Precisamos avançar na redução das emissões de carbono da produção agropecuária, mesmo que a brasileira seja a que menos emita carbono. Não nos furtamos ao desafio tecnológico, hoje pressionado pelas mudanças climáticas, em que dias mais quentes e menor precipitação pluviométrica reduzem a produtividade, dificultando a obrigação, primeira, de alimentar o Brasil e parte do mundo.

Na preocupante questão florestal, temos muito o que trabalhar. Essencial olhar o território e avançar com inteligência. Inaceitável até hoje não termos os perímetros de áreas públicas e privadas bem definidos, com seus responsáveis corretamente identificados. A tecnologia é amplamente conhecida. ONGs com recursos limitados conhecem o território melhor do que o Estado. O Código Florestal levou o setor privado a cadastrar mais de 6 milhões de perímetros de áreas em tese privadas. As áreas públicas são também conhecidas. Será conhecendo o território e tendo um rumo definido que avançaremos. Levantamentos de supressão vegetal realizados pelo Inpe, conhecidos como Deter e Prodes, identificam com rigor as áreas desmatadas, porém, pela inexistência de informações sobre o território, não conseguem dizer se ocorreram em áreas privadas ou públicas.

O desafio de implementar o Código Florestal, que definiu obrigações aos proprietários oferecendo prazo para a regularização ambiental das propriedades, está atrasado. Um processo, que não é trivial, de análise, negociação, regularização e principalmente vontade de avançar. A fiscalização e eventual penalização de infrações exige bom senso. Reflorestamento, revegetação, a oportunidade da ocupação de extensas áreas degradadas por meio do sequestro de carbono também fica prejudicada pela inoperância do que deveria ser o mais simples, conhecer o território com competência. O desenvolvimento de um verdadeiro mercado de créditos de carbono poderá atrair importantes investimentos. Nenhum país tem a geografia com a capacidade de sequestro de carbono do Brasil.

Esse desafio é nosso e estamos atrasados. Divulgar ambição é insuficiente. Infelizmente o Brasil é o maior emissor de carbono ilegal do planeta. Os países não conseguem alinhar suas políticas nacionais com a ambição global da transição energética. Aqui, não cumprimos com rigor a legislação existente. Além de priorizar a ordem legal, precisamos chegar em Belém com uma proposta clara do próximo passo, indo além do avanço de Paris. É preciso enfrentar os combustíveis fósseis.

Essencial colocar foco no principal problema. Sem dificultar e tributar os combustíveis fósseis, não avançaremos. Mais do que anunciar ambições, o necessário é desenvolver proposta para enfrentar os fósseis, aliar o encarecimento dos fósseis nos países consumidores, criando fonte de recursos para os investimentos da transição energética. A participação dos países produtores de combustíveis fósseis é essencial nesse passo para o futuro. Está aqui o Acordo de Belém. Aliamos o aumento da competitividade dos biocombustíveis com as possibilidades do sequestro de carbono em território nacional. Somente o Brasil tem as condições de liderar. A localização do evento, e o momento, colocam o Brasil em posição única.